

### 200 anos da chegada da corte ao Brasil:

A efeméride histórica e a presentificação do passado no discurso jornalístico

SIMONE DA SILVA BEZERRIL\*

A partida do príncipe regente e de sua corte para as terras brasileiras parece ter despertado sentimentos diversos nos súditos dos dois lados do Atlântico. Enquanto os reinóis se sentiam órfãos com a perda de seu soberano para outra parte do Império, os que aqui moravam, principalmente os residentes em Salvador e no Rio de Janeiro, demonstravam entusiasmo com a chegada da comitiva real. Essas percepções foram evidenciadas pelos historiadores Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Guilherme Pereira das Neves a partir da análise de versos, pasquins, boatos e notícias do período.

*A retirada da corte e a conseqüente acefalia da monarquia – enquanto “a autoridade soberana boiava no oceano”, como exprimiu o embaixador em Londres, Domingos de Souza Coutinho – quebravam o pacto entre senhor e vassalos, revestindo-se de uma enorme dimensão simbólica para as populações do Antigo Regime, ao criar um sentimento de ausência do monarca, imagem de uma orfandade política. [...] Diante da situação, falava-se, na época, de um “sussurro melancólico e confuso do povo” ou de um povo indiscreto, que não sabia como expressar aquilo que estava sentindo. Outros súditos revelavam um profundo inconformismo. [...] Prevaleceu, contudo, para aqueles que permaneceram na metrópole, uma situação de angústias e de maus pressentimentos (NEVES; NEVES, 2007: 334-36).*

Ao realizar um estudo sobre a época retratada, os referidos historiadores buscaram várias fontes, inclusive os jornais. Do ponto de vista historiográfico, tanto para o campo da história cultural quanto para o da história política, tais documentos não se constituem apenas em fontes fundamentais para o entendimento de processos socioculturais, mas, sobretudo, em objetos de pesquisa da própria história.

Percebe-se que na proximidade com a imprensa, a história obteve um alargamento do seu campo de atuação, com a incorporação dos periódicos no rol de seu corpus documental.<sup>2</sup>

---

\*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB/PPGH).  
E-mail: nowaysimony@hotmail.com.

<sup>2</sup> A partir das últimas décadas do século XX começou a haver um debate acerca do uso de jornais como fontes de pesquisa para a escrita da história. Até então, os periódicos foram excluídos da historiografia devido serem considerados representantes de ideologias e interesses políticos. No decorrer da década de 1970, segundo Tania Regina de Luca (2008), ainda existia uma relutância em escrever a história tendo os impressos como fontes, embora já houvesse um entendimento acerca de sua importância. Com a ampliação do campo de atuação do historiador, mediante o surgimento de novas temáticas e devido à alteração da concepção de documento histórico, passou-se a privilegiar outras fontes, dentre as quais se destacam: os jornais e os dados estatísticos. Essa inovação, que começara com a *Escola dos Annales*, foi se expandindo ao longo do século XX, em virtude

Entretanto, embora não aborde tal perspectiva neste artigo, ressalta-se que trabalhar com jornais, seja como fontes de pesquisa ou objetos de estudo, é necessário compreender a complexidade social que norteia os suportes midiáticos.

Sabe-se que a partida da corte portuguesa para o Brasil mobilizou vários jornais da época, na Inglaterra, França, Espanha e nos Estados Unidos.<sup>3</sup> Mas, passados 200 anos, pergunta-se: como a mídia representou o episódio protagonizado por D. João, que entre o fim de 1807 e início de 1808 cruzou o Atlântico em direção à América?

Este artigo propõe uma reflexão acerca da representação que o acontecimento e seu principal protagonista, no caso D. João, receberam na imprensa, buscando vislumbrar como o passado foi presentificado pelos discursos midiáticos. Para tanto, será feita uma abordagem sobre como a temática foi noticiada, ou seja, que aspectos foram enfocados. Para tanto, serão examinadas, principalmente, as publicações noticiosas online, por entender que os sites são hoje um dos suportes de divulgação jornalística mais acessíveis aos leitores. Nesta direção, após uma pesquisa apurada, selecionei matérias do portal *Folha online*, devido trazerem abordagens que se assemelham a publicações de outros portais de notícia.

---

das transformações teóricas que se processaram no campo do conhecimento histórico. Ver: DE LUCA, Tania Regina. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 149-175.

<sup>3</sup> Conforme relato da historiadora Isabel Lustosa em artigo especial produzido para a *Folha Online*, veiculado em 25 de novembro de 2007, a partida da corte portuguesa para o Brasil foi noticiada, em 19 de dezembro de 1807, na “Gazeta Oficial de Londres”, com a publicação de carta enviada pelo lorde Strangford, que abordou o navio *Hibernia* escoltava a família real em sua travessia no Atlântico. “Segundo Strangford – representante de seu governo junto à corte de Lisboa -, aquele desfecho fora resultado da política de constante moderação adotada pelo Reino Unido”.

Mas, como destaca Lustosa (2007), ainda em artigo para a *Folha Online*, a partida de D. João não apenas pautou a imprensa, como foi motivo de controvérsias na Europa, pois o fato recebeu tratamento diferente de acordo com o ponto de vista de cada jornal. Se o periódico oficial de Londres classificou a atitude do príncipe regente como resultado de uma política moderada, o “*Moniteur*”, que se publicava em Paris, noticiava em 7 de julho de 1808 a “favorável recepção” que Bonaparte dera a uma comissão de nobres e eclesiásticos portugueses que tinham ido saudá-lo em Bayonne, no mês de abril”.

O historiador Neil Safier, da Universidade de Colúmbia Britânica, situada em Vancouver, Canadá, constatou que a transferência da corte portuguesa para o Brasil foi bastante comentada nos periódicos norte-americanos, sendo o fato discutido com entusiasmo e profunda curiosidade durante o primeiro trimestre de 1808. Salienta que: “a primeira menção nos periódicos norte-americanos de um projeto que visava a transferir a corte de Lisboa para o Brasil encontra-se na *Federal Gazette and Baltimore Daily Advertiser* (um jornal comercial publicado entre 1796 e 1825) no final de agosto de 1801” (SAFIER, 2008: 47). Ver: LUSTOSA, Isabel. *O rei da mídia*. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2511200710.htm>. Acesso em: 24/07/2012; SAFIER, Neil. *A chegada da corte portuguesa na ótica norte-americana*. In: Revista USP. São Paulo, n. 79, set/nov, 2008, p. 44-53. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/revusp/n79/06.pdf>. Acesso em: 22/07/2012.

Como assevera Márcia Maria Menendes Motta, “a história do tempo presente<sup>4</sup> é, sem dúvida, o lugar mais visível e privilegiado para a análise do embate entre história e memória” (MOTTA, 2012: 30). Assim sendo, o estudo desta temporalidade permite a possibilidade de se estruturar uma narrativa não apenas do que se vivencia, mas, sobretudo, do que se evidencia como memórias,<sup>5</sup> consideradas fontes históricas e objetos da pesquisa histórica, por serem também fenômenos históricos. É preciso, portanto:

*Estar atento ao fato de que a memória se constrói na lembrança, mas também no esquecimento. Em outras palavras, o processo de construção de memórias implica escolhas entre os fatos do passado que, por alguma razão, determinado grupo considera que devam ser lembrados/rememorados; e, ao fazer escolhas, o grupo também sublima, oculta ou esquece outros fatos. Tal aspecto é de fundamental importância para delinear a relação entre passado e a história do tempo presente (MOTTA, 2012: 27).*

As comemorações têm, sem dúvidas, a função não só de celebrar datas, mas, principalmente, de construir uma lembrança que busca implantar raízes, firmar, ou forjar, uma identidade.

O acontecimento que causara grande impacto em 1808 voltou a ser amplamente revisitado pela historiografia, em 2008. Entretanto, a discussão da temática não se restringiu ao meio acadêmico, se alastrou pela esfera midiática, que, por sua vez, não só reconstituiu o episódio em seus noticiários, como conferiu espaço aos historiadores.

A efeméride dos 200 anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil recebeu uma significativa repercussão nos principais veículos de comunicação do país, principalmente nas páginas da revista *Veja*, cujos diretores produziram uma edição especial sobre o acontecimento<sup>6</sup>. Isso, além das veiculações de matérias jornalísticas sobre o assunto:

---

<sup>4</sup> A história do tempo presente alcançou notoriedade mundial a partir de 1978, quando foi criado, na França, o Instituto de História do Tempo Presente.

<sup>5</sup> O primeiro estudioso a se dedicar à compreensão do papel da memória coletiva foi Maurice Halbwachs. Para ele, toda história individual também é coletiva. Ainda apontou que não existe apenas uma memória coletiva que se opõe à história, mas várias. Ver: MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; Vainfas, Ronaldo (org.). *Novos Domínios da história*. São Paulo: Campus, 2012, p. 21-36.

<sup>6</sup> Se a ênfase dos demais veículos foi elaborada a partir do calendário comemorativo proposto pelo governo do Rio de Janeiro, a *Veja* foi mais além. Lançou seu próprio projeto para tratar o assunto de dimensões históricas. No mês comemorativo da data em questão, março de 2008, os editores da *Veja* decidiram lançar uma edição especial sobre o episódio. Para isso, a revista, fundada em 1968, se transportou no tempo e publicou a edição cujo título era *1808*. Na capa uma foto do rosto de D. João, acompanhado com o subtítulo: *Este é o homem*. A intenção da revista era noticiar a chegada do príncipe regente e de sua corte como se estivesse em atividade naquela época. Dessa maneira, a revista faz uso de uma história do presente às avessas, mergulhando em um momento histórico para “resgatá-lo” e “registrar-lo” como se estivesse acontecendo naquele instante. O sumário da revista compõe-se de seis segmentos, como se cada uma fosse uma editoria: “Páginas Amarelas”, “Família

festividades no Rio de Janeiro; inaugurações em virtude das comemorações pelo bicentenário; depoimentos de políticos sobre a temática em questão, dentre outras. Certamente, a data comemorativa não passou despercebida na imprensa portuguesa,<sup>7</sup> porém o foco desta pesquisa não abrange a repercussão midiática de tal efeméride em Portugal.

Outra observação em relação à data comemorativa diz respeito à tomada dos espaços midiáticos pelos historiadores, que por meio de entrevistas concedidas a jornalistas ou na confecção de artigos “encomendados” tentaram levar ao grande público suas considerações sobre o que representou a presença da família real no Brasil. Um exemplo disso foi a série de reportagens, entrevistas e artigos que a *Folha Online* veiculou, no dia 25 de novembro de 2007, trazendo renomados historiadores para a cena do debate, entre os quais, destacam-se: José Murilo de Carvalho, Evaldo Cabral de Mello, Kenneth Maxwell e Isabel Lustosa.<sup>8</sup>

Dessa maneira, a efeméride do bicentenário da chegada da corte portuguesa ao Brasil proporcionou uma aproximação entre dois profissionais: jornalista e historiador. Através dessa relação, a história ganhou um espaço na representação midiática do acontecimento, ou seja, houve uma tentativa de discutir o presente tendo por base a revitalização do passado.

Não que a história acadêmica se furte de se alimentar das questões do presente, porém, a diferença está no “enquadramento” do passado na pauta jornalística, tendo como referência as especificidades que norteiam o campo midiático: atualidade e imediatismo. Desse modo, evidencia-se a eclosão da produção de uma cultura histórica a partir da perspectiva dos meios de comunicação, cujas veiculações revelam uma retrospectiva da mídia sobre o evento.

---

Real”, “Império”, “Internacional”, “Geral” e “O fim da história”. REVISTA VEJA (versão online). Edição especial – 1808.

Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais/1808/index.html>. Acesso em: 20/5/2012.

<sup>7</sup> Aspectos noticiosos relacionados à efeméride dos 200 anos também pautaram a mídia portuguesa. Por exemplo, o site português *Maiahoje* veiculou, em 30/11/2007, uma matéria sobre a inauguração da exposição documental “A Fuga Real por um triz”. O evento ocorreu na cidade do Porto. Disponível em: [http://www.maiahoje.pt/ult\\_hora.php?tipo=&id=193](http://www.maiahoje.pt/ult_hora.php?tipo=&id=193). Acesso em: 21/07/2012.

<sup>8</sup> Tais textos podem ser encontrados nos seguintes endereços: “‘O Brasil não existiria’, afirma Carvalho”. 2007. Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2511200704.htm>. Acesso em: 9/12/2011; “‘Isso é armação de carioca’”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2511200705.htm>. Acesso em: 9/12/2011;

“Para Maxwell, país não permite leituras ‘convencionais’”. 2007.

Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2511200706.htm>. Acesso em: 9/12/2011.

LUSTOSA, Isabel. O rei da mídia. 2007.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2511200710.htm>. Acesso em: 9/12/2011.

Uma data histórica nunca recebeu tanta repercussão na mídia como ocorreu em torno da efeméride em comemoração aos dois séculos da chegada da corte portuguesa ao Brasil. Fenômeno este observado pela historiadora Isabel Lustosa, ao enfatizar que, talvez, desde os festejos pelo centenário da Independência, em 1922, nunca mais se tinha visto um acontecimento histórico despertar tanto interesse entre os meios de comunicação. Além disso, a autora destaca o grande número de escritos lançados em virtude da comemoração pelo bicentenário (2008-1808).

*Tantas foram as publicações lançadas no âmbito das comemorações dos 200 anos da chegada da Corte, que seria fastidioso arrolá-las aqui. A música, a ciência e os impressos foram temas de livros que estão hoje entre os mais vendidos nas livrarias. O best-seller de Laurentino Gomes, 1808, popularizou o tema (LUSTOSA, 2008: 357).*

Para se ter uma noção da difusão jornalística sobre o evento, praticamente todas as revistas de circulação nacional abordaram a corte de D. João em suas páginas. Foram realizadas entrevistas com historiadores, produzidas reportagens e lançados especiais, todos trazendo assuntos relacionados à chegada da corte à Colônia portuguesa na América. Tal dinâmica também foi apontada por José Murilo de Carvalho, que, por sua vez, ressaltou a ampla cobertura que a mídia conferiu ao tema:

*Veja fez uma edição especial de 60 páginas, como se fosse uma reportagem da época. Aventuras na História também publicou uma edição especial de 82 páginas. A Super Interessante de abril, e da Abril, dedicou capa ao tema, acompanhada de matéria de 11 páginas, com a colaboração de historiadores. A Revista Época de 28 de janeiro também publicou reportagem de 10 páginas. A Revista de História da Biblioteca Nacional, dirigida e escrita por historiadores, dedicou a capa do número de janeiro ao evento, com grande êxito de venda. O Jornal do Brasil e O Globo fizeram ampla cobertura dos eventos realizados no Rio de Janeiro. A maior divulgação, no entanto, deveu-se sem dúvida à série de reportagens da TV Globo e da Globo News. (CARVALHO, 2008:01).*

A maior concentração de notícias relacionadas ao tema ocorreu na imprensa carioca, e não poderia ser diferente já que festejos e inaugurações tinham sido programados por uma comissão especial formada pelo governo do estado onde a corte se instalou em 1808. Mas a mídia nacional não deixou a data passar em branco: revistas, rede de televisão e sites de notícias também se pautaram pela temática.

Embora o site *Folha Online* e a versão eletrônica da revista *Época* tenham trazido entrevistas interessantes com historiadores, dando, com a iniciativa, ampliação aos debates das complexidades que norteiam o fato, a maioria dos veículos de comunicação não se preocuparam em problematizar a transferência da corte e suas implicações para o Brasil. Lustosa aponta que “não frequentaram muito no noticiário os temas mais polêmicos relacionados com o estudo do período, dos quais o mais interessante diz respeito à política econômica” (2008: 357).

Observa-se a predominância, na mídia, de notícias e reportagens sobre assuntos que apenas mantêm ligações com a data comemorativa (2008-1808), tais como: divulgação de agendas de celebrações e festejos; reportagens com parentes de D. João VI, inaugurações de igrejas, dentre outras veiculações. Nota-se, dessa maneira, que a temática não foi tratada de forma aprofundada pela mídia, que, procurando presentificar o passado, ou seja, colocá-lo na ordem do dia, buscou reativá-lo através do discurso político.

Duas matérias podem exemplificar como o discurso político conferiu legitimidade e valorização à vinda da corte, sendo esta também a tônica veiculada na imprensa. A primeira diz respeito a uma reportagem, intitulada “Lula diz que chegada da família real contribuiu para o desenvolvimento do Brasil”, sobre a abertura das comemorações do bicentenário, evento realizado no Museu Histórico Nacional, no centro da cidade do Rio de Janeiro. A matéria reproduz o discurso do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, que pronunciou as seguintes palavras: “A vinda da corte promoveu muitas mudanças e progressos. O Brasil abriu-se à cultura nacional. Os Bragança tiveram papel decisivo na identidade brasileira e firmaram as bases do regime político no país” (FOLHA ONLINE, 07/03/2008).

Em outra reportagem publicada no mesmo veículo, desta vez sobre uma sessão solene em homenagem a abertura dos portos no Senado Federal, o senador Paulo Duque (PMDB-RJ) se refere a D. João VI como: “este foi um grande homem. Ele merece a homenagem do Brasil. Hoje é o Brasil inteiro que o homenageia. Salve dom joão 6º” (FOLHA ONLINE, 21/02/2008).

Ao discurso proferido pelo presidente Lula, é interessante e provocadora a colocação feita pela historiadora Rosa Maria Godoy Silveira no artigo denominado “Cultura histórica e

construção do estado nacional”<sup>9</sup>: “A julgar pela última frase, à luz do que é o regime político do país – clientelista, mandonista e corrupto -, o presidente estaria elogiando ou desqualificando a atuação dos Bragança?” (SILVEIRA, 2009: 197).

Em outro trecho, a historiadora prossegue a crítica em relação ao discurso do ex-presidente:

*A nacionalidade não surgiu por um passe de mágica, nem por concessão dos governantes, segundo denota a fala celebrativa do Presidente Lula, a não ser, naquele momento, em uma tessitura tênue, mas de sentimentos e percepções do que obra de edificação política, como reação às medidas retrógradas das Cortes (SILVEIRA, 2009: 16).*

Percebe-se que tanto D. João como sua corte repercutem de forma positiva no cenário político e na retórica midiática. Discussões importantes passam à margem da maioria dos meios noticiosos, salvos algumas exceções. Não se questiona sobre a concentração de benefícios estruturais e culturais restritos à região centro-sul do país em detrimento de outras localidades, o que, aliás, gerou revoluções em outras províncias; nem sobre a consequência da abertura da economia, muito menos sobre o que de fato representou a elevação do Brasil a Reino Unido. Ao resgate destas ausências, Silveira (2009) atribui a seguinte expressão: “desocultações factuais da retórica celebrativa” (p. 199).

Por outro turno, até o surgimento da imprensa, que também completou 200 anos de implantação em 2008, foi tratada unicamente como benesse oriunda da chegada de D. João. Em matéria publicada na *Folha Online* consta a seguinte informação:

*Os 200 anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil já seria motivo suficiente para comemorações em 2008. Mas as necessidades da corte em solo brasileiro obrigaram o príncipe regente dom João a fundar, já no ano de seu*

---

<sup>9</sup>Este é um dos artigos que compõem uma coletânea de textos de professores de diferentes áreas do conhecimento. Intitulado *Múltiplas Visões: cultura histórica no Oitocentos*, o livro foi resultado das discussões apresentadas no “I Encontro de História do império Brasileiro – Múltiplas Visões: cultura histórica no oitocentos”, realizado entre 24 e 27 de setembro de 2008, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, sob organização dos grupos de pesquisa “História da Educação na Parahyba Imperial” e “Sociedade e Cultura no Império”. Como o ano que se aproximava, 2008, entraria para o calendário oficial como aquele dedicado às comemorações dos 200 anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil, tal encontro teve como objetivo reunir pesquisadores que estivessem desenvolvendo estudos sobre o século XIX. Ver: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Cultura histórica e construção do estado nacional: celebrações e memórias de um Brasil que (não) foi. In. CURY, Cláudia; MARIANO, Serioja (Orgs.). *Múltiplas visões: cultura histórica no Oitocentos*. João Pessoa: UFPB, 2009, p. 193-226.

*desembarque, algumas instituições que, de tão importantes, duram até hoje. A imprensa nacional é uma delas (FOLHA ONLINE, 03/03/2008).*

O retardamento de três séculos de seu aparecimento em comparação aos primeiros prelos surgidos na América espanhola não é posto em evidência. Por outro lado, como assevera Silveira, “o pioneirismo da instituição da Imprensa na Colônia [...] não se deve ao governo joanino e, muito menos, ao fato de ela ter possibilitado a liberdade de expressão. Na *Gazeta do Rio de Janeiro* não poderia constar críticas à religião, ao governo e aos bons costumes” (2009, p. 206).

Antes do periódico oficial começar a circular, em 10 de setembro de 1808, já tinha sido lançada a primeira edição do *Correio Brasiliense*<sup>10</sup>, em junho do mesmo ano. Tal impresso, de acordo com as preposições de Marco Morel (2008) se referia ao Brasil como império, sendo pioneiro em levar a denominação para a imprensa.

Entretanto, embora se propague em algumas pesquisas que tais jornais eram totalmente divergentes, Morel revela que ambos tinham muitas perspectivas em comum:

*É comum colocar-se, em estudos históricos, a contraposição entre a Gazeta do Rio de Janeiro (enquanto jornal oficial) e o Correio Brasiliense (que fazia críticas ao governo). Porém uma comparação atenta indica que, além dessa evidente dicotomia oposição/situação, existiam convergências entre estes dois periódicos. Tanto a Gazeta quanto o Correio defendiam idêntica forma de governo (monarquia), a mesma dinastia (Bragança), apoiavam o projeto de união luso-brasileira e comungavam o repúdio às idéias de revolução e ruptura, padronizado pela crítica comum à Revolução Francesa e sua memória histórica durante a Restauração (MOREL, 2008, p. 31).*

Outras considerações em relação à ausência de um debate mais consistente sobre o período joanino e os suportes factuais que constituem a retórica da mídia sobre o tema ainda podem ser apontadas. Silveira alerta que inúmeras ocultações foram forjadas na narrativa midiática e em parte da historiografia, como forma, segundo a autora, de conferir destaque à figura de estadista de D. João VI. Desse modo, a cultura histórica da sociedade brasileira acabou sendo configurada a partir de uma cultura histórica mediada e sedimentada pelos

---

<sup>10</sup>Segundo Marco Morel (2008), esse não foi o primeiro jornal impresso na Europa a ser lido regularmente no Brasil. A *Gazeta de Lisboa*, por exemplo, circulava pela América portuguesa desde 1778, sobretudo no Rio de Janeiro. No entanto, até 1808, essa imprensa, que embora disseminasse informações e opiniões, não praticava o debate e a divergência política. Ou seja, a chamada opinião pública ainda não tinha sido instaurada. Ver referência.

meios de comunicação, cuja versão dos acontecimentos é apresentada como verdades absolutas.

Para Silveira (2009), as comemorações pelo segundo centenário da chegada da família real ao país apresentaram como tônica memorialística a “obra civilizadora” do governo joanino. Evidência esta que se pode constatar nos discursos proferidos pela classe política do país, como demonstraram os exemplos no tópico anterior.

De acordo com Silveira (2009), os argumentos positivos dos discursos em torno das comemorações pelo bicentenário centram-se em quatro eixos temáticos: esperteza de D. João em driblar Napoleão; fim do pacto colonial com a abertura dos portos; investimentos culturais e elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves.

A transferência da corte acabou sendo cristalizada na e pela mídia da mesma forma que é abordada nos livros didáticos. Ou seja, como o primeiro grande marco histórico que teria possibilitado outros acontecimentos de cunho emancipatório, dentre os principais, o destaque para o processo de independência do Brasil. Estes são os significados e interpretações que norteiam as comemorações dos 200 anos da chegada da corte.

Para Evaldo Cabral de Mello (2002), na obra *Um imenso Portugal: história e historiografia*,<sup>11</sup> o nacionalismo brasileiro sucedeu a criação do Estado nacional, pois, segundo ele, não existia um sentimento nacionalista na América portuguesa em 1822.

*A carência do sentimento nacional até praticamente o século XX não significa, porém, que um arraigado sentimento local fosse desconhecido por estas bandas, como não o é em qualquer outra parte do mundo, sentimento que, ademais, poderia tranquilamente conviver com estruturas políticas imperiais como o patriotismo urbano do tempo do Império romano. O equívoco reside em enxergá-lo como uma forma de nacionalismo ou afirma-se, mediante leitura anacrônica, havermos sido sempre nacionalistas, quase desde a Carta de Pero Vaz de Caminha (MELLO, 2002: 19).*

Evaldo Cabral de Mello aponta que um dos setores que mais defenderam a independência foi composto por aqueles que perderam seus postos de trabalho devido à

---

<sup>11</sup> Com exceção do artigo “Como manipular a inquisição”, publicado em 1992 na *Novos Estudos Cebrap*, a maioria dos textos que compõem o livro foi publicada originalmente no caderno “*Mais!*”, do jornal *Folha de São Paulo*, em 1995. Segundo o autor, outros artigos surgiram como prefáciosno” *Jornal de Resenhas*” da *Folha* ou na revista *Continente Multicultural*, de Recife, ou ainda em colaboração em obras coletivas. Todos os textos foram revisados pelo autor durante a estruturação do livro, sendo alguns títulos modificados. Ver: MELLO (2002).

extinção das repartições públicas, pelo constitucionalismo lusitano, do aparelho de Estado implantado por D. João VI.

*Se o Brasil surgiu para a vida autônoma sob o signo de uma aspiração avançada, a liberdade de comércio, esta foi utilizada com vistas a obter o apoio da população a um movimento, a Independência, retrógrado na sua inspiração original, pois encarnou uma contra-revolução de alto funcionários públicos [...]. O berço da nação brasileira foi assim uma dádiva do funcionalismo público; e os malsinados senhores rurais, contra quem tanto se aferra nossa historiografia politicamente correta, só virão embalá-la muito tempo depois (MELLO, 2002: 16).*

Já os estudos socioculturais realizados pelo historiador Jurandir Malerba indicam que a construção do estado nacional brasileiro se deu a partir da relação entre a elite fluminense e os reinóis que faziam parte da corte de D. João. O autor enfatiza que “jogos” de poderes simbólicos e econômicos marcaram o relacionamento político entre esses dois setores: um valorizando o *status* de nobreza, outro socorrendo financeiramente a corte em troca de prestígio real.

*O encontro entre a corte migrada com a elite econômica do Rio de Janeiro deflagrou uma transformação sensível das práticas sociais de ambas, no sentido de uma “europeização” das maneiras dos residentes aqui e de uma adaptação dos hábitos dos reinóis, tanto no que diz respeito à regulamentação da vida palaciana – etiqueta que deveria seguir a corte – quanto nas formas de sociabilidade cotidianas da população como um todo. [...] Esse aspecto “cultural”, marcado pela expansão das redes de interdependência, que ligava os indivíduos em situações de afinidades de interesses ou de conflitos inconciliáveis, foi decisivo na redefinição dos quadros das elites dirigentes e, conseqüentemente, na formação do Estado Nacional (MALERBA, 2000: 31).*

Tais reflexões feitas pelos historiadores acima não se fazem presentes na “história celebrativa”. Para essas ocultações, Silveira adverte que, dentre as várias abordagens possíveis, aquelas que foram mais difundidas não receberam uma discussão aprofundada, a saber: transmigração da corte; abertura dos portos; empreendimentos culturais e elevação do Brasil a Reino Unido.

*No episódio de transmigração da Família Real, quase não se menciona que a monarquia portuguesa já dispunha de um repertório de experiências acumuladas para situações de risco: em várias outras ocasiões, a solução de transferir a sede do Império para a América já fora alvitada. [...] Fuga ou obra de engenharia política? As duas interpretações não se excluem. Na questão da Abertura dos Portos, resta obscurecida na e pela retórica celebrativa, incluindo um acerto historiografia, a iniciativa de José Maria Lisboa, redigindo uma representação de um grupo de comerciantes de Salvador, propondo a abertura dos portos, apresentada a D. João quando de sua chegada à Bahia. Medida que, de resto, ao*

*atender aos interesses de grupos comerciais, assegurava a sobrevivência da própria monarquia lusitana. Sobre os empreendimentos culturais joaninos, à exceção honrosa da Escola de Medicina da Bahia, é irretorquível que as demais iniciativas exaltadas se concentraram no Rio de Janeiro. Quanto à decantada elevação do Brasil a Reino Unido, historiadores fecharam os olhos para as razões deste acontecimento, já descritas por Mello Moraes e por Oliveira Lima, sobre a necessidade de Portugal parecer um Império de grande extensão territorial, para ter assento no Congresso de Viena e para o fato de a medida ter sido proposta por Talleyrand, que buscava atenuar a difícil situação de representante de uma nação derrotada, mediante o apoio de potências secundárias, como Portugal (SILVEIRA, 2009: 199-201).*

Dessa maneira, a história a qual Silveira denomina de celebrativa, que segundo a própria teria dado o tom de algumas obras historiográficas e da retórica midiática, é marcada por ocultações. A autora justifica que a análise contrafactual que realiza parte do entendimento de “acontecimentos referentes a projetos de poder derrotados e, portanto, dissonantes em relação à memória e à História dos vencedores” (SILVEIRA, 2009: 194). Ela prossegue a argumentação afirmando que “o Brasil que há resultou/ resulta de escolhas políticas entre possibilidades de trajetórias. Nem havia/ há, tampouco, um leque completamente aberto de alternativas: na grande aventura que é a História, navegamos entre escolhas condicionadas” (SILVEIRA, 2009:194).

Portanto, poderia se levantar a hipótese de que a mídia, entendendo o termo como o conjunto dos meios de comunicação, acabou, durante a efeméride dos 200 anos da chegada da corte portuguesa ao Brasil, não só estimulando o debate sobre o tema, mas, principalmente, pautando a fala dos historiadores, que, de certa forma, ficaram presos ao enredo do discurso midiático. Dessa forma, pode-se até dizer que no contexto da efeméride dos 200 anos ocorreu uma hegemonia do discurso midiático sobre o historiográfico, seja por meio da narrativa sobre o passado construída pelos jornalistas ou da pauta retórica imposta por eles aos historiadores.

## MATÉRIAS

“Imprensa nacional comemora 200 anos”. *Folha Online* (3/3/2008).

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u370744.shtml>. Acesso em: 20/04/2012.

“Lula diz que chegada da família real contribuiu para o desenvolvimento do Brasil. *Folha Online* (7/3/2008).

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u379846.shtml>.

Acesso em 22/6/2012.

“Senador diz que dom João 6º foi mais que um ‘simples comedor de frangos’”. *Folha Online* (21/2/2008).

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u374598.shtml>.

Acesso em: 21/6/2012.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. D. João e as histórias dos Brasis. São Paulo. *Rev. Bras. Hist.* vol. 28 n. 56, 2008.

DE LUCA, Tania Regina. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 149-175.

LUSTOSA, Isabel. *O período joanino e a eficiência analítica de alguns textos desbravadores*. Revista da Casa de Rui Barbosa / Fundação. Rio de Janeiro, Ano 2, no. 2, 2008, p. 357.

\_\_\_\_\_. *O rei da mídia*. 2007.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2511200710.htm>. Acesso em: 24/07/2012.

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio – civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MELLO, Evaldo Cabral. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: 34, 2002.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-44.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; Vainfas, Ronaldo (org.). *Novos Domínios da história*. São Paulo: Campus, 2012, p. 21-36.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; NEVES, Guilherme Pereira. *Alegria e infortúnios dos súditos luso-europeus e americanos*. Rio de Janeiro. Revista Acervo, vol. 21, n. 1, p. 29-46, jan/jun, 2008.

Disponível em: <http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/101>. Acesso: 02/07/2012.

SAFIER, Neil. A chegada da corte portuguesa na ótica norte-americana. In: *Revista USP*. São Paulo, n. 79, set/nov, 2008, p. 44-53.

Disponível: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/revusp/n79/06.pdf>.

Acesso em: 22/07/2012.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Cultura histórica e construção do estado nacional: celebrações e memórias de um Brasil que (não) foi. In: CURY, Cláudia; MARIANO, Serioja (Orgs.). *Múltiplas visões: cultura histórica no Oitocentos*. João Pessoa: UFPB, 2009, p. 193-226.